

Preservação, Acesso, Difusão:
desafios para as instituições arquivísticas no século XXI

Lucia Maria Velloso de Oliveira
Isabel Cristina Borges de Oliveira
Organizadoras

AAB
2013

Organização

Lucia Maria Velloso de Oliveira e Isabel Cristina Borges de Oliveira

Capa, Projeto Gráfico e Editoração

Veronica Castanheira Machado

Ilustração e capa

Veronica Castanheira Machado

Ficha catalográfica

Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI /
Lucia Maria Velloso de Oliveira e Isabel Cristina Borges de Oliveira, organizadoras. -
Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

560p.

ISBN 978-85-85800-07-9

1. Preservação de arquivos. 2. Acesso. 3. Difusão. 4. Instituição arquivística. I Oliveira,
Lucia Maria Velloso de, org. II Oliveira, Isabel Cristina Borges de, org. III. Título.

CDD: 025.8

O conteúdo dos textos é de total responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à:

Associação dos Arquivistas Brasileiros

Av. Presidente Vargas, 1.733 Sala 903

Cento - Rio de Janeiro - RJ - 20.210-030

Tel: 21 2507-2239

www.aab.org.br

Sumário

- 9 Introdução
- Parte I | A produção do patrimônio arquivístico no século XXI
- 15 Archivists and the private desire to be or not to be documented
Theo Thomassen
- 22 The creation of the archival heritage in the 21st Century 'Create archive, counter-archive and a new archival consciousness: some thoughts on the creation of the archival heritage in the 21st Century'
Louise Craven
- 36 A Memória dos imortais no Arquivo da Academia Brasileira de Letras
Maria Oliveira
- 42 O reconhecimento da faceta cultural dos arquivos como uma importante ferramenta de preservação documental
Catherine da Silva Cunha e Sônia Elisabete Constante
- 48 Documentos privados em arquivos públicos: notas para uma discussão sobre o caso do Arquivo Nacional (Brasil)
Antonio Henrique Campello de Souza Dias e Leonardo Augusto Silva Fontes
- 57 O conceito de arquivo e suas múltiplas facetas no cenário brasileiro: as dimensões de um quebra-cabeça
Welder Antônio Silva e Victor Schreiber Cromack
- 65 A gestão documental do Observatório Nacional no contexto da reorganização do serviço público na Era Vargas (1930-1945)
Everaldo Pereira Frade e Nínive Brites Biçakçi
- Parte II | Qual o lugar das instituições arquivísticas no século XXI?
- 73 "Progress is the Law of Life": Creating a Strategic Vision for Records and Archives Management
Laura Millar
- 80 Access in the era of apps: new technologies, new skills and new collaborations
Robert Horton
- 87 A FAMS e a política de gestão de documentos para a Prefeitura Municipal de Santos: estudo de caso sobre a elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos da Secretaria Municipal de Economia e Finanças (TTD SEFIN)
Ana Célia Rodrigues e Nádia Dévaki Pena Garcia
- 96 Accountability and Accessibility: E-mail management practices at the Government of Canada
Natasha Zwarich
- Parte III | Preservação nos arquivos e na Arquivologia contemporânea
- 105 Facilitating the Generation of Archives in the Facebook Era
Christopher J. Prom
- 114 Preservação e acesso da informação arquivística no Brasil contemporâneo - da produção do conhecimento à sua implementação
Sérgio Conde de Albite Silva 112
- 121 As ações de preservação nos arquivos brasileiros e o ensino da preservação nas universidades
Miriam Paula Manini 119
- 132 Instrução Normativa APE/SAESP nº 02/2010 e a preservação na Arquivologia contemporânea
Camila Giovana Ribeiro e Danilo Renato Pereira dos Santos 129
- 141 Preservação e Difusão do Acervo Histórico do CPDOC: desafios e perspectivas
Martina Spobr Gonçalves e Daniele Chaves Amado 137

- 146 **Preservação dos arquivos: o patrimônio educativo em risco no século XXI**
Eva Cristina Leite da Silva e Camila Schwinden Lehmkuhl
- 153 **Recuperando a história e a memória dos arquivos eleitorais da justiça eleitoral da Paraíba**
Martinho Ramalho de Melo 149
- 157 **Sport Club Rio Grande: a organização para o acesso aos documentos do fundo memorial**
Johannes Christian Moritz Minnemann
Carolina Paiva Costa e Roberta Pinto Medeiros
- Parte IV | O desenvolvimento de políticas e ações para a preservação digital**
- 167 **The Year of Blogging Vigorously: Digital Preservation and Social Media Outreach**
William G. LeFurgy
- 176 **Instituições arquivísticas e preservação digital: reflexões acerca do conceito de custódia**
Margareth Silva
- 185 **Oficina de criação de arquivos digitais: relato de experiência**
Martha Suzana Cabral Nunes e Sylvia Helena de Almeida Soares
- 194 **Experiências de arranjo e descrição em acervos de Instituições Federais de Ensino Superior**
Adalson Nascimento
- 202 **Memória das Geociências/UFGA x acesso virtual: tecnologia para futuras gerações**
Maria Elvira Rodrigues Coelho e Vladimir de Araújo Távora
- 207 **Políticas e ações para a preservação digital com GED (Gerenciador Eletrônico de Documentos)**
Maria Lucia Valada de Brito
- Parte V | Acesso ao patrimônio arquivístico no século XXI: novas perspectivas**
- 219 **Toward the Archival Stage in the History of Knowledge**
Tom Nesmith
- 232 **¿Permitir el acceso o difundir masivamente la información?: Nuevos planteamientos y nuevos canales para nuevos usuarios**
María Luisa Conde Villaverde
- 246 **Promoção do acesso aos arquivos através de programas e projetos de descrição e difusão: experiências do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**
Aline Nascimento Maciel e Clarissa de Lourdes Sommer Alves
- 255 **Preservação e acesso: digitalização da documentação colonial existente no Arquivo Público do Estado do Pará**
Ethel Valentina Ferreira Soares e Roseane Pantoja da Vera Cruz
- 262 **20 anos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e sua política de acesso**
Cintia Aparecida Chagas Arreguy e Raphael Rajão Ribeiro
- 270 **Indexação para o acesso: novas perspectivas para a Arquivologia em interface com a análise do discurso**
Diego Barbosa da Silva
- 277 **Banco de Dados do Museu do Futebol: desafios para a gestão da informação em uma instituição sem coleções, arquivos ou fundos**
Daniela do Amaral Alfonsi, Marília Palhares Fernandes e Pedro Felipe Rodrigues Sant'Anna
- 285 **A importância da preservação e acesso ao patrimônio documental para a formação da cidadania e identidade cultural**
Renata Lopes Leite
- 293 **Desafios para a organização de acervos digitais. Case: acervo fotográfico da Divisão de Comunicação – Companhia Energética de São Paulo – CESP**
Luciana Amaral e Cristiano Vieira
- 298 **Organização do acervo do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: novas fontes de pesquisa**
Bruna da Silva Martins

- 302 **Por uma política de arquivos para a Região Metropolitana da Baixada Santista: o projeto e as ações da FAMS para a criação de arquivos municipais**
Roberto de Assis Tavares de Almeida e Ana Célia Rodrigues
- 308 **Arqueologia e arquivologia: elementos para recuperação do contexto arqueológico dos sítios pesquisados pelo Laboratório de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia - LEPAN/FURG**
Natália Lindner Machado e Valéria Raquel Bertotti
- 315 **Da centralização à descentralização: gestão de documentos intermediários do Grupo GOL**
Laila Mendes Silva, Patrícia Barbieri Santos e Clarissa Schmidt
- 320 **Classificação e organização dos documentos do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia (LEPAN)**
Silvana Della Cruz da Silva e Valéria Raquel Bertotti
- Parte VI | A representação do patrimônio arquivístico e sua relação com a ampliação do uso dos arquivos**
- 327 **A descrição arquivística, o arquivista e a reinvenção dos arquivos**
Lucia Maria Velloso de Oliveira
- 333 **Os princípios arquivísticos envolvidos no processo de classificação arquivística**
Renato Tarciso Barbosa de Sousa
- 341 **Tratamento técnico como forma de preservação do patrimônio arquivístico do Estado do Pará**
Leonardo da Silva Torii e Roseane Pantoja da Vera Cruz
- 346 **A representação do acervo de Assistência Social do projeto FAB em Casa**
Catia Conceição Figueiredo da Rocha e Maria Lucia Valada de Brito
- 355 **Descrição e acesso ao patrimônio cultural fotográfico: uma experiência com ICA-AtoM**
Neiva Pavezzi
- 364 **A diplomática contemporânea como parâmetro para a classificação de arquivos universitários: reflexões sobre o caso da UFRJ**
Silvia Lhamas de Mello e Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues
- 372 **Arranjo documental da Faculdade de Direito Clóvis Beviláqua**
Andrea dos Santos Garcez Cezar e Daniel Flores
- 379 **A aplicação do princípio da proveniência no Brasil**
Eliezer Pires da Silva e Décio Marques de Paiva
- 386 **Arquivo Roquette-Pinto: os desafios no processo de construção do arranjo e da descrição documental**
Isabelle da Rocha Brandão Castellini e Juliana Amorim de Souza
- 393 **Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: aproximações e afastamentos nas diretrizes do MEC**
Marielle Barros de Moraes
- Parte VII | Repositórios digitais e acesso**
- 403 **A new view of the preservation of digital records**
David Thomas
- 412 **Acervo documental fotográfico do INPE: projeto Galeria de Fotos**
Marciana Leite Ribeiro
- 420 **Análise e especificação de requisitos no uso do software livre ICA-AtoM**
Bruna Paim Reis, Daniel Flores e Fabiana Fagundes Fontana
- 426 **A digitalização do acervo bibliográfico Arivaldo Silveira Fontes**
Martha Suzana Cabral Nunes e Larissa Valeska do Nascimento Santos
- 434 **O acesso livre à produção acadêmica científica: um estudo de caso sobre a avaliação da usabilidade do Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (UFBA)**
Gleise da Silva Brandão e Keyla Sousa Santos
- 442 **Considerações acerca do valor probatório do documento arquivístico digital**
Gracielle Mendonça Rodrigues Gomes e Wellington Marçal de Carvalho

Promoção do acesso aos arquivos através de programas e projetos de descrição e difusão: experiências do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

*Aline Nascimento Maciel
Clarissa de Lourdes Sommer Alves*

1. O Arquivo Público do Estado do RS

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) é uma instituição arquivística pública que, em 2012, comemorou 106 anos. Originalmente denominado “Repartição de Arquivo Público, Estatística e Biblioteca”, era vinculado à Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior. Somente em 1995, o Arquivo, já denominado Departamento de Arquivo Público, foi vinculado à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH), vínculo esse que permanece até a atualidade. Ao longo dessa trajetória, o APERS recolheu cerca de oito mil metros lineares de documentos com datas-limites entre 1763 e 2011 que abrangem acervos dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. Destacam-se ainda os acervos que foram recolhidos dos Tabelionatos e Registro Civil.

Na década de 1970, devido a problemas decorrentes da falta de espaço, o APERS deixa de recolher documentos oriundos principalmente do poder Judiciário, Registro Civil e poder Executivo. Na década de 1990, o recolhimento voltou a ocorrer devido ao início de organização baseada em preceitos arquivísticos, que possibilitaram a liberação de espaço até então ocupado por documentos que não haviam passado por processo de classificação e não eram de caráter permanente. Esclarece-se que até aquele período alguns desses recolhimentos eram realizados de forma selvagem, de acordo com a necessidade de espaço de cada secretaria. Não havia controle a respeito do caráter permanente da documentação, até mesmo porque na época os funcionários do Arquivo não trabalhavam a partir de instrumentos de gestão documental, e não havia Tabela de Temporalidade publicada. A situação modificou-se apenas a partir de 1992, ano em que o primeiro corpo técnico especializado, formado por historiadores e arquivistas, ingressou no APERS por meio de concurso público e iniciou um trabalho técnico baseado em conhecimento científico.

A partir desta breve contextualização sobre como ocorreu o processo de recolhimentos no APERS ao longo de sua história, pode-se afirmar que a instituição vivenciou as diferentes etapas de desenvolvimento da ciência arquivística no Brasil. A própria história do APERS se confunde com a trajetória da Arquivologia no país, que começou sua evolução a partir da regularização da profissão de arquivista e técnico em arquivo na década de 1970 e se consolidou no final da década de 1980, com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 – que preconiza, em seu art. 5º, inciso XXXIII, que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado como um direito fundamental” (BRASIL, 1988) – bem como através da Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que ratifica esse direito em seu art. 1º, onde afirma que “é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”, além de dispor sobre a política de arquivos públicos e privados e conceituar gestão documental.

Se, ao longo do tempo, o APERS chegou a ser encarado como um depósito para guarda de documentos que deveriam dar apoio à administração em suas diferentes esferas, recolhendo acervos dos três poderes, atualmente é sua prerrogativa recolher apenas os documentos produzidos e recebidos pelo poder Executivo, e a partir da organização dos recolhimentos com base na gestão documental há acompanhamento desde o envio de documentos de caráter permanente até o recebimento e conferência para verificar se estão em consonância com a temporalidade vigente.

O Arquivo foi se transformando também em relação às diferentes demandas e concepções que nortearam o Direito, a História, a Administração e outras áreas diretamente ligadas aos serviços prestados e ao papel dos arquivos em nossa sociedade, a exemplo da recente Tecnologia da Informação. Um claro exemplo desta relação de transformações pode ser dado citando outro importante acontecimento na trajetória do APERS: em 1925 ocorreu a transferência de parte de seu acervo, que à época compunha a 2ª seção - Arquivo Histórico e Geográfico, para o Museu Julio de Castilhos. No APERS permaneceram a 1ª e 3ª seções (administrativa e arquivo forense, respectivamente).

Esta ação explica-se especialmente pela concepção vigente no período de que alguns documentos poderiam ser encarados como “mais históricos do que outros” e deveriam ser reunidos em um espaço organizado para atender pesquisadores; enquanto outros, de cunho administrativo, deveriam ser reunidos em depósito, formando algo equivalente a um grande arquivo intermediário, para servirem à Administração e à Justiça quando solicitados. Este remanejamento de acervos deu origem ao atual Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), com o desmembramento da seção de documentos do Museu Julio de Castilhos na década de 1950. A existência de dois arquivos públicos é uma peculiaridade do Rio Grande do Sul caudatária de uma concepção já superada. Afinal, a evolução na ciência histórica e arquivística demonstram hoje que tanto os documentos salvaguardados pelo APERS quanto os salvaguardados pelo AHRS contêm informações de interesse para a reconstrução da História do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Todas essas modificações na legislação, na ciência arquivísticas e na ciência histórica, reflexo das transformações na própria sociedade, garantiram que os arquivos tivessem suas funções ampliadas, mantendo a tarefa de apoiar a administração pública, mas acrescentando o foco na necessidade de dar acesso público irrestrito às informações ali preservadas.

2. Evolução e modernização do APERS

Como vem sendo exposto, o Arquivo Público acompanhou mudanças epistemológicas de diferentes ciências e modernizou-se, deixando de ser percebido e de perceber-se prioritariamente enquanto espaço de guarda de documentos e passando a reconhecer e fazer reconhecer suas funções mais amplas enquanto espaço de memória e gestão documental, com papel central desde o recolhimento, guarda e preservação de acervos até a promoção do acesso a estes documentos.

Esse processo teve início no final da década de 1980, quando, concomitante com as novas políticas que se instauravam no país, houve o reconhecimento da necessidade de gerenciamento da documentação a partir de processos sistêmicos e metodológicos, necessidade que foi colocada por Carlos Aléssio Rosato (Entrevista, 2012), então coordenador do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria, a partir do desenvolvimento de um projeto baseado na ciência arquivística que se consolidava na Universidade. Este projeto foi apresentado ao governo do Estado que, naquele momento, sensibilizou-se para a questão, compreendendo a importância de ter no APERS gestores e funcionários especialistas na área de arquivos. Neste processo, a instituição deixou de ser encarada como “depósito” e iniciou atuação que passou a priorizar o atendimento aos usuários.

Essa transformação foi reforçada com a criação, em 1989, do Sistema de Arquivos do Estado (SIARQ/RS), refletindo no Rio Grande do Sul políticas que passavam a ser implementadas em todo o país, com a criação de Sistemas de Arquivos em diferentes esferas e com o aumento dos debates em torno da problemática dos arquivos. Esta foi sabiamente exposta por Jardim (1995), reforçando a necessidade de modernização, visto que “as novas tecnologias e sua aplicação na produção, circulação, preservação e uso social da informação vêm confrontando a Arquivologia com novas abordagens e objetos”, ou seja, reforçando a necessidade de ampliação da pesquisa na área e discussões sobre o verdadeiro “papel da Arquivologia, do arquivista e das instituições arquivísticas públicas nas chamadas sociedades da informação”, visto que se fazia necessário ampliar o papel dos arquivos, de forma que esses deixem de ser passivos para se tornarem autores e atores de suas ações.

Assim, o SIARQ/RS impulsionou maior atuação dos gestores públicos no que se refere à valorização dos arquivos, que teve seu início com a nomeação de historiadores e arquivistas em 1992. São de-

envolvidas então inúmeras ações no intuito de estruturar as principais atividades do APERS de forma que atendessem às novas demandas decorrentes, principalmente, do fato de ser o APERS órgão central do Sistema de Arquivos. Ou seja, além de sua reestruturação interna que se fazia necessária e objetivava aplicar os princípios arquivísticos na organização de seu acervo, era necessário acompanhar as atividades arquivísticas que passariam a ser desenvolvidas pelas Secretarias, tais como a construção de Tabelas de Temporalidade para evitar que houvesse acúmulo desnecessário de documentos e também garantir preservação de documentos importantes para remontar a história do Rio Grande do Sul, bem como documentos essenciais para garantia de direitos dos cidadãos, tal como preconiza a Constituição de 1988.

Dimensiona-se a dificuldade na realização dessas atividades pelo fato de que, passados mais de vinte anos do início desse processo, ainda há questões que precisam ser aprimoradas. No entanto, houve avanços expressivos, visto que em 2008 ocorreu aprovação do Plano de Classificação de Documentos (PCD) e Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) únicos para os órgãos da Administração Pública Direta, bem como publicação do Decreto 47.022, de 25 de fevereiro de 2010, que reestruturou o Sistema de Arquivos e no qual o APERS passou de órgão central para órgão gestor, com importante papel na implementação de políticas públicas arquivísticas. Ressaltam-se alguns dos novos objetivos do SIARQ/RS, tais como seu dever de assegurar a proteção e a preservação da documentação arquivística, estabelecer diretrizes para o acesso às informações arquivísticas públicas, e normatizar o tratamento da informação arquivística a partir do uso de novas tecnologias. Tais objetivos evidenciam a necessidade de que a instituição não seja estática e as transformações sejam decorrentes do desenvolvimento científico, atendendo principalmente os anseios da população.

O contexto brasileiro atual revela a necessidade de que o direito de acesso à informação pelos cidadãos, já expresso desde a Constituição de 1988 – mas não efetivamente cumprido devido a diversos fatores, entre eles a dificuldade encontrada pelos próprios órgãos públicos em dar esse acesso – seja finalmente respeitado. A publicação da Lei 12.527/2011, que mais uma vez regulamentou o acesso à informação, reforçou o papel dos arquivos. Sobre isso, Jardim (2004) afirma que “é enquanto lugares de informação – espaços (às vezes virtuais) caracterizados pelo fluxo informacional – que os arquivos (em qualquer uma das fases do ciclo vital) redefinem sua dimensão político-social”. Nesse sentido, o APERS tem papel central também de difusor cultural, sobre o qual Alberch i Fugueras (2000, p. 8) diz que “debemos dirigir-nos a diferentes públicos, tanto del mundo de la enseñanza básica y universitaria, como de las instituciones y a los ciudadanos que requieren de una información veraz y puntual”, explicitando o papel social da instituição.

2.1. A relação entre difusão cultural e as demais atividades arquivísticas

As ações de difusão cultural somente são viabilizadas a partir do trabalho arquivístico global realizado dentro da instituição por equipes multidisciplinares, tais como as atividades desenvolvidas pelas equipes responsáveis pelo Gerenciamento de Acervos, Avaliação Documental, Preservação e Descrição Documental, e Atendimento ao Usuário. Essas atividades se iniciam na assistência e acompanhamento dos órgãos que integram o SIARQ/RS e que realizarão recolhimento, abrangendo também: avaliação quanto ao valor documental de acervos já recolhidos de forma selvagem; conferência se houve correta aplicabilidade da Tabela de Temporalidade em recolhimentos realizados a partir de 2008; estudo de estrutura e funções dos órgãos da Administração Direta para organização do acervo seguindo os Princípios de Proveniência e Ordem Original; definição de quadro de arranjo para o acervo; estudo de tipologias e seus atributos visando indexação de documentos no Sistema de Pesquisa AAP - Administração de Acervos Públicos; indexação de documentos já organizados no Sistema; gerenciamento de riscos; realização de conservação preventiva de seus acervos; descrição documental e elaboração de instrumentos de pesquisa de acordo com as normas arquivísticas; e, finalmente, elaboração de políticas públicas que visem preservação e gestão arquivística do patrimônio documental do Estado.

Sabe-se que o acesso à informação será possibilitado se os órgãos realizarem gestão documental em seus arquivos. No entanto, para o trabalho do arquivista ser completo, segundo De Mello e Blaya Perez (2009, p. 2) este deverá utilizar seu conhecimento sobre a estrutura e funções e participar no processo de

geração, tratamento e disseminação das informações. Em arquivos permanentes, sua tarefa deverá adquirir feição científica e social em benefício da comunidade e da pesquisa histórica. Compreende-se, assim, que as atividades realizadas pelas equipes do APERS somente terão sentido se visarem um programa de descrição e difusão cultural.

3. Descrição e Educação Patrimonial para promoção do acesso aos arquivos: experiências no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

A compreensão da importância do trabalho com foco em ações de difusão e promoção do acesso aos arquivos só é possível a partir deste processo de modernização dos arquivos, de busca pela democratização do acesso à informação e da compreensão das instituições arquivísticas como espaços que têm potencial para desempenhar tanto funções ligadas à gestão documental e construção de instrumentos e normativas que auxiliem a implementá-la efetivamente, quanto funções atreladas à promoção do acesso à cultura e da cidadania.

É conhecida e legítima a discussão travada em torno da centralidade que teriam as ações na área de difusão e promoção do acesso quando ainda vivenciamos, pelo menos no Brasil, uma realidade onde há poucos arquivos públicos institucionalizados, e pouco reconhecimento político e social da necessidade de aplicar programas efetivos de gestão documental nas diferentes esferas da administração pública, o que ainda acarreta em orçamentos deficitários para a área. Alguns poderiam defender que ações nesta área deveriam ser compreendidas como a última etapa do trabalho arquivístico, quanto tarefas ligadas à classificação, organização e descrição de acervos, por exemplo, já estivessem concretizadas.

Entretanto, defendemos que as ações na esfera da difusão e promoção do acesso sejam realizadas, ainda que em paralelo com as demais ações arquivísticas. Isto porque compreendemos que tais ações são fundamentais para ampliar o reconhecimento social do papel e da importância dos arquivos, seja para a sociedade civil como um todo – que a partir destes serviços passa a enxergá-los como espaços de garantia de seus direitos, de preservação da memória e da História da comunidade ou Estado – seja para o poder público, que terá dimensão da visibilidade que estes serviços podem dar às instituições e à própria administração pública, conectando e estreitando a relação entre Estado e sociedade civil.

Neste sentido, se considerarmos que no último período – com o advento do regime democrático – o Estado brasileiro vem apresentando como um dos elementos centrais de seu discurso a ampliação dos mecanismos de exercício da cidadania, do acesso à cultura e à educação, acreditamos que os diferentes governos que tomem a frente do Estado possam e devam sensibilizar-se para a importância de investir em projetos balizados no direito que cada cidadão tem de acessar informações suas ou de interesse para sua comunidade, ou que cada pesquisador tem ao interessar-se por compreender nossa formação e dinâmica social a partir dos documentos produzidos por esta sociedade.

Ainda que compreendamos que as ações de difusão das instituições e de seus respectivos acervos somente são possibilitadas a partir do trabalho de gestão documental, como buscamos explicitar ao longo deste artigo, acreditamos que a atuação concomitante nestas duas frentes é importantíssima, inclusive para justificar o investimento realizado na gestão documental ao demonstrar para parcelas mais amplas da sociedade o potencial do uso social que os arquivos têm. O que corresponde a defender que não há necessidade de esperar que um arquivo seja primeiro totalmente organizado e seus acervos todos descritos para que, somente aí, sejam levadas a cabo ações como a construção de instrumentos de pesquisa seletivos que deem maior visibilidade ou estimulem a pesquisa em determinados acervos; ou serviços educativos, como a realização de visitas guiadas e oficinas de Educação Patrimonial que tragam os arquivos à luz para públicos distintos que possam apropriar-se deles.

Assim, a partir desta posição, pretendemos realizar uma reflexão a respeito de novas perspectivas para a promoção do acesso aos arquivos, apresentando e analisando duas linhas de ação do APERS que, com diferentes enfoques e em áreas distintas, auxiliam na ampliação do acesso ao acervo e à própria instituição.

3.1. Projeto “Afinal, onde estão as mulheres no APERS? Gênero, memória e história”

Como já foi apresentado, o acervo do APERS é bastante diverso e foi constituído ao longo de mais de um século. A partir desta realidade, grande parte dos documentos ainda não está descrita, e o processo

de tratamento arquivístico do acervo segue sendo realizado. Em um universo documental tão grande, este tratamento é orientado muitas vezes com prioridade nos acervos mais consultados, de maneira a facilitar o acesso para os usuários. Exemplo deste tipo de priorização pode ser dado a partir da referência ao projeto Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul. Observando-se o perfil das pesquisas realizadas no Arquivo, que em grande parte centram-se na temática da Escravidão, ao longo de seis anos este projeto foi desenvolvido na instituição, a partir do qual foram construídos 10 volumes de catálogos seletivos que destacam documentos de diversos fundos capazes de auxiliar nas pesquisas que pretendem remontar a história desta instituição social que esteve presente de maneira estrutural no Brasil ao longo de séculos. Neste caso, a ideia foi a de desenvolver os catálogos de documentos da Escravidão como reconhecimento da importância sociocultural deste acervo para a memória e a história de nosso Estado, mas também em resposta à grande demanda por acervos que tratem desta temática, sendo uma ação importante de descrição que ao mesmo tempo auxilia a difundir ainda mais um acervo de reconhecido potencial.

Também na linha de priorizar o trabalho arquivístico em torno de documentos bastante consultados é que o acervo do poder Judiciário foi priorizado na indexação no Sistema AAP, a partir de um arranjo em que cada fundo corresponde a uma Comarca produtora de origem dos processos judiciais, e cada subfundo corresponde a uma Vara dentro de determinada Comarca. Diversas tipologias documentais que compõem este acervo, como processos de inventários, testamentos ou crimes, vêm sendo pesquisadas com enfoques múltiplos, seja para remontar a história administrativa do Estado, a história do período escravista, a formação das elites e suas redes sociais, seja para remontar a história de famílias e sua genealogia.

No início do ano de 2011, ao discutir novas possibilidades de trabalho que auxiliassem a difundir e valorizar o acervo da instituição, a equipe técnica do APERS percebeu a escassez de pesquisas com enfoque na temática de gênero e História das Mulheres; tema que vem sendo debatido nos meios acadêmicos em diversas áreas, mas para o qual muitas vezes priorizam-se fontes alternativas, como acervos de acervos pessoais, diários, cartas, entrevistas, produtos das artes etc., pela compreensão de que as fontes de arquivos públicos, ditas oficiais, dificilmente ajudariam a revelar a história das mulheres (por muito tempo foi relegado a elas um papel subalterno nos espaços públicos e decisórios) ou a revelar as relações entre os gêneros ao longo da história, partindo-se do pressuposto de que tais fontes oficiais seriam mais duras e deixariam pouco espaço para que os indivíduos expressassem suas formas de pensar, se organizar e se relacionar. A partir desta realidade, e inspirando-se na experiência de construção dos catálogos seletivos de documentos da Escravidão, surgiu o projeto *Afinal, onde estão as mulheres no APERS? Gênero, memória e história*, construído sobre duas premissas centrais. Primeiramente, o trabalho técnico, ainda que balizado em conceitos teóricos e métodos científicos, não deixa de ter intencionalidade social e política. Nesta perspectiva, estando imersos em uma realidade em que ainda convivemos com preconceitos e desigualdades de gênero, e violência contra as mulheres, optou-se por desenvolver no APERS uma linha de pesquisa que auxilie no debate e na reflexão a respeito da busca por equidade de gênero a partir da pesquisa e compreensão da história das relações entre homens e mulheres. Em segundo lugar, acredita-se que, se a temática em questão não está no rol das mais pesquisadas no APERS atualmente, isso possa ocorrer, em grande parte, ao fato de não haver um trabalho maior de difusão de fontes que poderiam contribuir para pesquisas nesta área. Assim, partindo do raciocínio inverso daquele realizado no momento em que se optou por construir catálogos seletivos com foco na temática Escravidão – motivado pela grande procura por tais documentos – acredita-se que catálogos seletivos com foco na temática história das mulheres/ relações de gênero poderão contribuir para ampliar a visibilidade e a procura por outros acervos, ou ainda por acervos já conhecidos dos usuários do APERS, porém questionados a partir de novos problemas de pesquisa. Esta percepção faz com a construção dos catálogos seja encarada, para além de uma ação de descrição, como uma ação de difusão.

Compreendemos que

o quadro de arranjo e o guia, estes sim, são indispensáveis. A partir deles é que os fundos são inventariados, a curto e longo prazos. Por outro lado, nem todos os fundos descritos na modalidade inventário o serão em catálogos [...] Sendo um instrumento do tipo parcial, a finalidade de um catálogo não é abarcar o acervo como um todo, nem abarcar conjuntos de fundos. Destina-se antes à descrição de: um determinado fundo em todos os itens

documentais componentes de uma série; algumas séries, em todas as suas respectivas unidades... (BELLOTTO, 2004, p. 203).

e, neste sentido, é que se optou pela construção de um catálogo seletivo a partir de documentos já tratados arquivisticamente (indexados no Sistema AAP), com um enfoque ou recorte temático, percebendo o catálogo seletivo como “um instrumento de pesquisa que traz uma relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada peça integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente” (BELLOTTO, 2004, p. 212). Neste caso em especial, o catálogo é do tipo “que traz a seleção no sentido de captação, dentro de conjuntos documentais maiores e mais genéricos dos documentos que se referem especificamente ao tema, à pessoa ou ao evento propostos” (ibidem, p. 213), trabalhando a partir da temática já explicitada.

O catálogo seletivo produzido a partir deste projeto está sendo organizado por intermédio da construção de verbetes individualizados de documentos escolhidos entre aqueles com maior potencial para demonstrar as relações entre os gêneros e as formas de conceituar e tratar as mulheres ao longo da história. Como tais relações podem ser percebidas em qualquer período, optou-se por trabalhar com documentos produzidos a partir do início do período republicano (1889), sendo esta a organização pensada para os volumes:

- História das Mulheres e Relações Familiares (Volume 01) – este trabalho está em andamento desde março de 2011, correspondendo à primeira fase do projeto, que tem previsão de término até o final de 2012. Volume desenvolvido a partir do acervo do poder Judiciário, com recorte no Fundo Comarca de Porto Alegre (por conter um expressivo volume documental e para que seja iniciado o trabalho a partir do acervo produzido na capital do Estado do RS), Subfundo Vara de Família e Sucessão. Este acervo é composto por ações de desquite, divórcio, anulações de casamento, alvarás para o casamento, tutela de menores, pedidos de pensão alimentícia, entre outros, e ressaltam de maneira rica a realidade vivida entre homens e mulheres no seio da família, uma das instituições basilares de nossa sociedade;
- História das Mulheres e Saúde Mental (Volume 02) – segunda fase, com previsão de início no começo do ano de 2013. Trabalho com acervo do poder Executivo, Fundo Secretaria da Saúde, Subfundo Hospital Psiquiátrico São Pedro. Será desenvolvido a partir de prontuários médicos; e
- História das Mulheres e Violência (Volume 03) – terceira fase, com previsão de início em 2014. Trabalho com acervo do poder Judiciário, Fundo Comarca de Porto Alegre, Subfundo Vara Cível e Crime. Será desenvolvido a partir de processos crime que tragam com mulheres com vítimas ou rés.

Até o momento, o desenvolvimento deste projeto já tem trazido bons frutos para a difusão da instituição e de seu acervo, como a aproximação de estudantes que estão se inserindo no projeto como voluntários para realização de estágio curricular (passando a divulgar o trabalho em suas universidades) e a aproximação do Grupo de Estudos de Gênero da Associação Nacional de História-Seção RS (ANPUH-RS) que, em novembro de 2011, realizou, nas dependências do APERS e com sua parceria, a I Jornada História e Gênero, abrindo espaço para a divulgação do projeto e de muitos trabalhos na área. Acredita-se que, a partir da publicação do primeiro volume deste catálogo, o retorno será ainda maior.

3.2. Programa Educação Patrimonial e Cidadania

A Educação Patrimonial – pensada como “o ensino centrado nos bens culturais, como a metodologia que toma estes bens como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica; que considera os bens culturais como fonte primária de ensino”, e em que tais bens “funcionam como recurso que pode se transformar num instrumento no processo de ensino” (GRUNBERG, 2000, p. 101) e aprendizagem – foi introduzida no Brasil na década de 1980, especialmente a partir das reflexões trazidas por Maria de Lourdes Horta (1999) e Evelina Grunberg (2000), e pelos trabalhos pioneiros desenvolvidos no Museu Imperial (Rio de Janeiro/RJ). Desde então esta metodologia vem sendo amplamente debatida e aplicada

em diferentes espaços culturais e educacionais, sendo mais identificada em museus – espaços de memória percebidos socialmente como sendo locais a priori “abertos ao público” – e menos explorada pelos arquivos. Entretanto, começam a surgir diversas iniciativas nesta área em instituições arquivísticas, sejam vinculadas especificamente à metodologia de Educação Patrimonial ou à compreensão da necessidade de que se mantenham serviços de ação educativa em arquivos, vinculados a distintos referenciais teóricos ou metodológicos.

No bojo dessa discussão, colocando os serviços educativos como atividades de difusão cultural, Beloto afirma que tais ações vêm sendo desenvolvidas em arquivos brasileiros como forma de difundir o patrimônio documental junto à comunidade, trazendo

bons resultados indiscutíveis, seja no sentido da consolidação da noção de cidadania aos estudantes de primeiro e segundo grau, seja no de um maior entendimento, junto às autoridades e à população, do real papel que devem ter os arquivos público, ademais de serem os custodiadores e organizadores da documentação produzida/acumulada como prova, testemunho ou informação em questões que envolvam direitos e deveres nas relações entre governo e os cidadãos (BELLOTTO, 2000, p. 152).

Já Renata Fratini, ao abordar a importância da Educação Patrimonial em arquivos como forma de preservar e legitimar o patrimônio, defende que o conceito de difusão pode ter “uma conotação estendida para além da objetividade inerente a esse termo arquivístico, e subjetivamente – dentro da realidade, prioridades e limites de cada instituição – buscar uma maior abrangência de resultados com programas e ações de cunho educativo” (FRATINI, 2009, p. 5). Neste caso, para a autora,

As atividades na área de educação patrimonial auxiliariam na preservação do arquivo e, conseqüentemente, modificariam a concepção predominante que se tem dele e de seus documentos, admitindo-se que a grande maioria da população tem uma visão equivocada sobre arquivo, conhecido quase sempre como “arquivo morto”, sinônimo de um lugar muitas vezes “escabroso”, em que se guardam “papéis velhos” e sem utilidade, além de outras mitificações a respeito. Essas atividades contribuiriam diretamente para a formação de cidadãos conscientes da importância e da representatividade de um arquivo para um indivíduo e para uma sociedade, em termos políticos, jurídicos, históricos, culturais etc (Ibidem, p. 5).

Compartilhando dessa compreensão e com o forte estímulo recebido a partir da construção de uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio de seu Departamento de História, o APERS vem construindo e desenvolvendo atividades de Educação Patrimonial desde o final do ano de 2008, em um processo crescente de consolidação desta linha de ação, que deixou de expressar-se em uma atividade pontual oferecida a um público específico (como era encarado na prática o serviço até meados de 2009), passando a ser compreendida dentro da instituição como Programa de Educação Patrimonial e Cidadania.

Em dezembro de 2008, começou a ser construída a primeira oficina de Educação Patrimonial, intitulada Os Tesouros da Família Arquivo, que passou a ser oferecida ao público escolar em abril de 2009. Em seguida, percebeu-se a necessidade de criar uma nova oficina que, a partir de seus recursos didático-pedagógicos, fosse mais apropriada aos estudantes das referidas séries de faixa etária maior. Assim, entre dezembro de 2009 e março de 2010, construiu-se a oficina Desvendando o Arquivo Público: historiador por um dia, que passou a ser oferecida ao público em abril do mesmo ano. Ambas as atividades foram elaboradas de maneira lúdica e dinâmica a partir de documentos que fazem parte do acervo do APERS, de maneira que os educandos sejam provocados a analisar e interpretar as fontes a partir da metodologia da Educação Patrimonial, observando o objeto, questionando-o, registrando-o em outros formatos, refletindo e apropriando-se deste patrimônio, tanto documental quanto arquitetônico, já que os próprios prédios do APERS são tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do RS (IPHAE).

A primeira oficina trabalha com documentos centrados na temática da Escravidão, levando os grupos a recuperar “tesouros” escondidos em um inventário, um testamento, uma carta de liberdade, um

processo crime e um registro de compra e venda de escravos. Já a segunda oficina trabalha com o ofício do historiador que, enquanto usuário dos arquivos busca “desvendar” o passado através de múltiplas fontes que contam histórias diversas, mas que sempre se conectam no momento em que buscamos compreender nossa história. Para isto, trabalha com acervos que tratam de períodos e temas diversos, como uma certidão de nascimento, um processo crime, um inventário, um processo de medição de terras e uma habilitação para o casamento.

Desde o princípio, esta ação foi organizada com a participação de estudantes de nível superior que a cada semestre são capacitados para atuar como oficinairos juntos aos grupos escolares, portanto, além da formação dos educandos ligados à Educação Básica, também se atua na formação dos estudantes de nível superior. Assim, foi no intuito de atingir diferentes públicos que possam ser sensibilizados para a importância da valorização e reflexão sobre o patrimônio cultural, e que possam ser envolvidos ou atuar neste processo educativo, que, a partir de 2012, as oficinas de Educação Patrimonial deixaram de ser encaradas como um projeto, passando a ser compreendidas dentro da instituição como parte do referido Programa, que atua em distintas esferas especialmente a partir de 2011, quando foi realizada a primeira edição do curso Educação Patrimonial e Cidadania, que tem os professores como público-alvo e é realizado como uma atividade de formação continuada. Com o oferecimento gratuito deste curso aos educadores (já reeditado em 2012), as oficinas, a formação de estudantes de nível superior como oficinairos, e a realização de visitas guiadas especiais para turmas de Ensino Médio (também disponibilizadas a partir de 2012), o APERS consolida seu Programa e passa a dialogar e contribuir de maneira efetiva para a construção de uma nova relação da sociedade com os arquivos.

Os resultados do Programa têm sido muito satisfatórios, com o atendimento de mais de 5.500 estudantes desde 2009, recebidos em mais de 230 oficinas realizadas. O mais gratificante tem sido a boa relação estabelecida com cada educando ao longo das oficinas e com seus professores, que já estão retornando ano após ano com novas turmas.

4. Considerações finais

Através das experiências do APERS, as linhas de ação aqui apresentadas evidenciam a importância da atuação na área da difusão cultural em arquivos para que cada vez mais amplos e diversos grupos sociais possam compreender o papel das instituições arquivísticas e sua centralidade para a garantia de direitos na sociedade em que vivemos. Demonstram ainda o quanto estão conectadas as diferentes atividades arquivísticas, de maneira que as próprias ações de descrição possam ser compreendidas como mecanismos de difusão.

Além disto, é importante destacar a importância do trabalho multidisciplinar nos arquivos como elemento que amplia as possibilidades, potencializa e qualifica os serviços prestados à sociedade, já que a construção e a manutenção do programa e projeto apresentados neste artigo somente vêm sendo viabilizadas através do trabalho conjunto de arquivistas e historiadores, que combinam referenciais, técnicas e olhares para buscar difundir o arquivo e atender aos usuários da maneira mais eficiente possível.

Deseja-se que as reflexões aqui lançadas auxiliem a consolidar o reconhecimento do APERS e das instituições arquivísticas como um todo, enquanto espaço fundamental para a preservação da história de nossa sociedade, assim como para a efetivação de direitos essenciais ao exercício da cidadania, principalmente ao que concerne às questões de acesso à informação.

5. Referências

ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. **Ampliación del uso social de los archivos: estrategias y perspectivas**. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/download/ramonfugueras.rtf>>. Acesso em: 04 dez. 2012.

ALMEIDA, Silvana Regina Giglio. Deve-se manter um serviço educativo nos arquivos municipais? **Informativo Arquivo Histórico Municipal**, São Paulo, n. 14, set./out. 2007. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info14/i-educativo.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2012.

ANCONA LOPEZ, André Porto. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em: jun. 2012.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. Patrimônio documental e a ação educativa nos arquivos. **Revista Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 151–166, jan./jun. 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 abr. 2012.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 09 jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: abr. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da [...] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1321965616.Lei_12527_18.11.2011.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2011.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica**, n. 34, 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/texto05.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

GRUNBERG, Evelina. Educação patrimonial: utilizando dos bens culturais como recursos educacionais. In: **MUSEOLOGIA social**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN; Petrópolis, RJ: Museu Imperial, 1999.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995. Disponível em: <<http://www.uff.br/ppgci/editais/sistemas.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2012.

_____; FONSECA, Maria Odila. **Estudo de usuário em arquivos**: em busca de um estado da arte. **Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_04.htm>. Acesso em: 29 jan. 2012.

MELLO, Margareth Ceretta; PEREZ, Carlos Blaya. Programa de difusão educativa para o Arquivo Geral da Câmara de Vereadores de Santa Maria. **Revista Sociais e Humanas**, v. 22, n. 2, p. 61–72, abr. 2010. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/sociaishumanas/article/view/1180>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 33.200, de 05 de junho de 1989. Institui o Sistema de Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul. **Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 05 jun. 1989. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=18824&hTexto=&Hid_IDNorma=18824>. Acesso em: 05 jun. 2012.

ROSSATO, Carlos Aléssio. **APERS**: 106 anos. Disponível em: <<http://arquivopublicors.wordpress.com/category/apers-entrevista/>>. Acesso em: 06 jun. 2012.

Preservação e acesso: digitalização da documentação colonial existente no Arquivo Público do Estado do Pará

Ethel Valentina Ferreira Soares
Roseane Pantoja da Vera Cruz

1. Introdução

A documentação histórica apresenta uma importância inerente a fatos que, em uma determinada época, é a representação materializada dessa memória. Por isso, deve ser preservada e disseminada de forma segura, através de recursos que não venham causar nenhum prejuízo ao suporte em que estejam registrados ou à própria essência do documento.

Neste sentido, este trabalho vem descrever a importância da digitalização de documentos arquivísticos de valor permanente, através da experiência do Arquivo Público do Estado do Pará no processo de digitalização de sua documentação mais antiga e em maior risco de perda, através do projeto “Preservação e Acesso” que representou um importante avanço no campo da valorização do patrimônio documental do Estado.

2. A digitalização de documentos históricos

A digitalização é uma ferramenta essencial ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos. Além de contribuir para sua preservação, uma vez que restringe o acesso aos documentos originais, é capaz de dar a eles acesso simultâneo local ou remoto, como ressalta ANDRADE et. al. (2003, p. 2) ao considerar que a tecnologia permite aos Arquivos Públicos enfrentarem desafios entre a conservação e o acesso.

A aplicação de um processo de mudança de suporte para o meio digital requer conhecimentos não somente arquivísticos, como também, o conhecimento da tecnologia da informação, o processo de captura, o armazenamento e a disseminação da informação. Além de considerar os custos da implantação do projeto, compreendendo que o processo exige planejamento capaz de garantir a atualização e manutenção de versões de software e hardware.

Importante destacar que as ações de digitalização não devem substituir as ações de conservação do acervo convencional custodiado pelas instituições, por serem inalienáveis e imprescritíveis, conforme preconiza o artigo 10º da Lei Federal nº 8.159/1991.

2.1. Importância e vantagens da digitalização

Os acervos históricos de instituições públicas enfrentam vários problemas seja por causa da ação do tempo, seja pela depredação humana e de agentes biológico, químicos e físicos. Essas condições aumentam ainda mais a fragilidade dos documentos. Diante dessa realidade, as instituições públicas e privadas estão adotando a digitalização como uma medida a fim de frear a ação da deteriorização do tempo (ambiental).

Essa ação tem por objetivo dinamizar o acesso e disseminar as informações, mediante a visualização instantânea das imagens documentais a vários usuários, desde que estejam conectados a um computador, possibilitando assim a filtragem da pesquisa em variados níveis e atendendo características específicas, como também promover segurança, portabilidade e acessibilidade.

2.2. Projeto de digitalização

O projeto de digitalização requer prévio tratamento arquivístico dos documentos, avaliação e seleção dos conjuntos a serem digitalizados. Além disso, o acervo já deve ter passado pela conservação reparadora.

A imagem digitalizada deve ser um representante fiel do original e capaz de identificar o menor caractere (linha, traços, manchas), o que garante a legibilidade da versão digital. A definição do equipamento de captura deve ser escolhida em razão dos tipos documentais existentes no acervo, sua quantificação e estado de conservação, o que inclui suas características físico-químicas para reduzir os riscos de deteriorização.